

**ATA DA 390ª SESSÃO**  
**DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**  
**- JURAT**

<b>Data:</b> 04 de novembro de 2025.	<b>Local:</b> Plenário da JURAT.	<b>Horário:</b> 14h.
<b>Reunião nº 41/2025</b>		
<b>Presentes:</b> Cristiane Stolle, Jéssica Eiselt, Oséias Colla, Rosilaine Bokorni e Dra. Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento em exercício, o Sr. Roniel Vieira dos Anjos ( <i>Ad Hoc</i> ), e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.		
<b>Pauta:</b> 1 - Aprovação de Ata, 2 - Julgamento de Processos e 3- Aprovação de ementas/Acórdãos.		
<b>Deliberações:</b> 1 - <b>Aprovação da Ata da Sessão Anterior:</b> Ata 38/2025. 2 - <b>Julgamento de Processos:</b> Processo SEI nº 24.0.049819-3, em que é reclamante Musicarium Academia Filarmônica Brasileira, sendo relator(a) Cristiane Stolle. (Voto Vista Oséias Colla). <b>Assunto:</b> Imunidade de ISSQN. A pedido do Presidente, a relatora fez a leitura do relatório para relembrar o caso em exame, e do seu voto, manifestando pelo desprovidimento da reclamação, ante a ausência de documentos comprobatórios que certifiquem que a impugnante se trata de instituição educacional formal e/ou de assistência social. Após, o julgador Oséias Colla também fez a leitura do seu voto de vistas, entendendo pelo provimento da imunidade, por identificar a atividade estatal de assistência social e o cumprimento dos requisitos do artigo 14 do CTN. Passados aos votos, a julgadora Rosilaine Bokorni acompanhou a relatora, acrescentou que a entidade não cumpriu o pré-requisito da lei por ausência de inscrição no CEBAS e que a diligência feita à Secretaria de Assistência Social, também esclareceu que a entidade não tem a certificação. A julgadora Jéssica Eiselt acompanhou a divergência, argumentou que a verdade material teria de prevalecer sobre a formalidade da lei, o que não descaracteriza a função social da entidade, que atende ao requisito. Havendo empate, o Presidente <i>Ad Hoc</i> , Roniel Vieira dos Anjos, proferiu voto para negar-lhe provimento, fundamentando que não é o fisco que concede a isenção, e sim a União. As representantes da contribuinte, Sra Karla Flores, Sra. Sandra Alves, Dra. Priscila Corrêa Pasqualin e Dra. Bruna Campos Castro dos Santos estiveram presentes à sessão acompanhando os votos. <b>Decisão:</b> Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, por maioria de votos (3x2) com voto de desempate da Presidência, negar-lhe provimento. <b>Processo SEI nº 25.0.129675-8, em que é reclamante Carmen Spillmann, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto:</b> IPTU. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento parcial, no que tange apenas aos exercícios de 2011 à 2020, pois no pedido inicial a contribuinte se restringe a estes anos, e na Jurat impugnou pedidos que não foram apreciados pelo fisco. Quanto a outros assuntos da petição, acrescentou que não é competência da Jurat julgá-los. Na parte conhecida, manifestou-se pelo deferimento quanto o exercício de 2020, que deverá ser atualizado pela SELIC, ante o reconhecimento administrativo para o ano		





**ATA DA 390ª SESSÃO**  
**DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**  
**- JURAT**

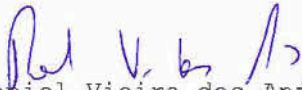
de 2025. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto, no sentido de conhecer parcialmente da reclamação, no sentido de desprover a restituição parcial de IPTU fatos geradores de 01/01/2011 a 01/01/2019 e prover o mesmo pedido quanto ao fato gerador de 01/01/2020 com multas e juros, e a devolutiva a autoridade lançadora, ante a omissão da análise da extinção pelo pagamento (art. 156, I do CTN), segundo ditames da Súmula 473 STJ, e, para que proceda os cálculos e devolução dos valores tributados a maior (tão somente a fração do imóvel de 582,10 m<sup>2</sup>), conforme análise contida junto ao Parecer Sei nº 0024715694 da SEFAZ.UCT. A contribuinte Sra Carmen Spillman, compareceu à sessão e fez a sustentação oral. Após a contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. Os demais julgadores acompanharam o voto da relatora. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento parcial da reclamação, e na parte conhecida, dar-lhe provimento para recalcular o IPTU do ano de 2020, nos termos do deferimento para o exercício de 2025. **Processo SEI nº 22.0.183979-9, em que é reclamante Restaurante Panorâmico Weinhof Ltda, sendo relator(a) Oséias Colla. Assunto: TLL.** A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e provimento da reclamação, acrescentando que ocorreu um erro no lançamento, reconhecido pela administração conforme informação extraída do e-mail juntado aos autos, sobre a impossibilidade do lançamento do valor parcial. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, dar-lhe provimento, determinando-se a remessa dos presentes autos à Autoridade Fiscal, para promover o cálculo da TLL, incidindo somente sobre o acréscimo da área realizada em 2022. Os representantes da contribuinte, Dra Ana Luiza Moeller Wetzel e Sr. Josias Lima Duarte, manifestaram que houve uma reunião à época com a Gerente da SAMA e a mesma falou que havia a impossibilidade de fazer o lançamento proporcional, o lançamento foi somente sobre a área acrescida. Após a contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. A julgadora Cristiane Stolle acompanhou o relator, divergiu apenas no fundamento, acrescentou que a legislação de 2023 tratou algumas obscuridades, conforme § 1º, art. 96 da Lei 310/2009. Mencionou também os acórdãos nº 171/2023, 166/2023, 267/2023. A julgadora Jéssica Eiselt acompanhou o relator. A julgadora Rosilaine Bokorni acompanhou o relator com os fundamentos da julgadora Cristiane Stolle. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento e provimento da reclamação, nos termos do voto do relator. **Processo SEI nº 23.0.207721-5, em que é reclamante ECM Participações Ltda, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Não Incidência de ITBI.** A relatora fez a leitura




**ATA DA 390ª SESSÃO**  
**DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**  
**- JURAT**

do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se conhecimento e desprovemento da reclamação. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo incólume o parecer fiscal sei nº 0017914600/2023 - sefaz.uft.ati. O julgador Oséias Colla divergiu da relatora somente quanto a imunidade ser condicionada, entende que é incondicionada. Quanto ao valor excedente, modificou seu entendimento, acompanhando a relatora com fundamento no Agravo Interno do Recurso Extraordinário 1.487.168/MS do STF. As julgadoras Cristiane Stolle e Jéssica Eiselt acompanharam a relatora. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, por maioria (3x1) negar-lhe provimento. **3 - Aprovação de ementas/Acórdãos:** **Acórdão nº 197/2025:** Processo SEI nº 25.0.218981-5, em que é reclamante Farol Administradora de Bens Ltda, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Revisão de IPTU de 2025. **Acórdão nº 198/2025:** Processo SEI nº 22.0.296423-6, PTAC 2100/2021/JURAT - Protocolo nº 38965/2021, em que é reclamante Vilfredo Schulz, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. (Retorno - Voto Minerva). Assunto: Impugnação do Auto de Infração nº 153/2021. **Acórdão nº 199/2025:** Processo SEI nº 24.0.049819-3, em que é reclamante Musicarium Academia Filarmônica Brasileira, sendo relator(a) Cristiane Stolle. (Voto Vista Oséias Colla). Assunto: Imunidade de ISSQN. **Acórdão nº 200/2025:** Processo SEI nº 25.0.129675-8, em que é reclamante Carmen Spillmann, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto: IPTU. **Acórdão nº 201/2025:** Processo SEI nº 22.0.183979-9, em que é reclamante Restaurante Panorâmico Weinhof Ltda, sendo relator(a) Oséias Colla. Assunto: TLL. **Acórdão nº 202/2025:** Processo SEI nº 23.0.207721-5, em que é reclamante ECM Participações Ltda, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Não Incidência de ITBI. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras (Ad Hoc), Sr. Roniel Vieira dos Anjos, e demais presentes.

Joinville, 04 de novembro de 2025.

  
Roniel Vieira dos Anjos  
Presidente das Câmaras de Julgamento  
(em exercício)

  
Cláudia Miranda Daufenbach  
Secretária

Cristiane Stolle 



ATA DA 390ª SESSÃO  
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS  
- JURAT

Francieli Cristini Schulz

Jéssica Eiselt

Oséias Colla

Rosilaine Bokorni

Cm<sup>9</sup>